

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (2014-2024):
ANÁLISE DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS - SP**

Riza Amaral Lemos ¹
Luciana Cristina Salvatti Coutinho ²

RESUMO

O presente trabalho apresenta o recorte de uma pesquisa maior realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba, no curso de Doutorado em Educação. Trata-se de uma pesquisa que discute o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), que estabelece as Diretrizes, Estratégias e Metas para a Educação Nacional pelo período de 10 anos, na Região Metropolitana de Campinas - RMC/SP, com foco nas metas relacionadas à Educação Básica. Este estudo traz um levantamento bibliográfico, documental e histórico sobre o Plano Nacional de Educação, bem como uma análise preliminar sobre o cumprimento das metas para a Educação Básica em três cidades da Região Metropolitana, escolhidas em virtude de sua localização limítrofe em relação ao município de Campinas/SP e seu contingente populacional. Esta, constitui-se como temática de extrema relevância na atualidade, tendo em vista a iminência da elaboração de um novo PNE (2025-2035), bem como as discussões a nível mundial empreendidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, em especial o de número 4 – Educação de Qualidade, que integram a Agenda 2030 da Organização. Os dados analisados indicam a importância do PNE para o desenvolvimento da educação brasileira, sobretudo em virtude de o mesmo integrar uma política de estado presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (nº 9394/1996), e também aponta o impacto sofrido no cumprimento das metas estabelecidas tendo em vista a Emenda Constitucional 95 que estabeleceu o teto de gastos no país, impactando sobremaneira a educação.

1Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba. Vice-Diretora Educacional e Produtora Executiva da EducaTV Emissora da Secretaria de Educação de Campinas. Professora da Universidade Padre Anchieta/ Jundiá e da Cogna Educacional. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos GEPEJA/Unicamp e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp. E-mail: riza.lemos@educa.campinas.dp.gov.br

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí. Professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar, *campus* Sorocaba, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR - GT UFSCar-So, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR - GT Unicamp, Secretária Nacional do HISTEDBR e editora da Revista Histedbr On-line. Também atuou como Pró-reitora Adjunta de Graduação na UFSCar. E-mail: lucscoutinho@gmail.com

Palavras-Chave: Plano Nacional de Educação – Qualidade da Educação – Região Metropolitana de Campinas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz o recorte de uma pesquisa maior, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba, no curso de Doutorado em Educação. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que se propõe a investigar o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13.005/2014, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira pelo período de 10 anos (2014 - 2024). O foco do estudo recai sobre as metas concernentes à Educação Básica, com uma análise aplicada à Região Metropolitana de Campinas - SP (RMC).

A escolha da RMC como objeto de estudo justifica-se tanto pela sua relevância econômica e educacional no cenário nacional, quanto pela diversidade de desafios educacionais presentes em todo o território. Essa região concentra um número significativo de instituições de ensino e pesquisa, o que a torna um espaço privilegiado para a análise das metas estabelecidas no PNE. A investigação, visa, portanto, compreender os avanços e retrocessos no campo da Educação Básica na região, por meio de uma leitura crítica a respeito da implementação das políticas públicas vinculadas ao PNE em um contexto regional específico, com um recorte temporal nos últimos dois anos (2022/2023). Dentre os autores de destaque que discutem o Plano, apontamos Saviani (2019), Dourado (2010), Azanha (1995) e Cury (1998) que trazem em seus estudos reflexões relevantes sobre o PNE e seu impacto na educação brasileira, contribuindo com um arcabouço teórico sólido para o consubstanciamento das análises.

Este estudo, dialoga, ainda, com o contexto internacional, especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)³, com destaque especial para o Objetivo de número 4, que trata da garantia de uma educação de qualidade para todos, em consonância com a Agenda 2030.

³ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) consistem em uma agenda global com 17 metas estabelecidas em 2015, que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade até 2030. Esses objetivos abordam desafios globais interligados, como a desigualdade social, a mudança climática, a preservação ambiental, o crescimento econômico inclusivo e a promoção de instituições justas e eficazes.

A temática torna-se ainda mais relevante, quando considerada a iminência de um novo PNE (2025-2035), em um cenário educacional brasileiro permeado pelas desigualdades sociais e educacionais. O que requer uma análise crítica dos resultados obtidos através do monitoramento do cumprimento das metas e das estratégias do PNE, de modo a assegurar que as novas diretrizes e metas sejam formuladas com base em uma avaliação rigorosa das políticas implementadas nos últimos 10 anos. Nesse sentido, este estudo pretende contribuir para as discussões a respeito da construção do próximo PNE, sobretudo tendo em vista a Emenda Constitucional 95 que empreendeu o teto de gastos no Brasil, impactando significativamente os investimentos públicos, inclusive na educação.

A análise realizada mostrou que, apesar de os municípios estudados estarem localizados na mesma região, há uma diferença significativa em relação ao contingente populacional, o que impacta diretamente o número de matrículas. Em todos os municípios analisados, dentro do recorte temporal 2022/2023, ainda havia crianças em filas de espera para vagas na educação básica, principalmente na educação infantil. Observou-se também um aumento no número de matrículas de 2022 para 2023. Para este estudo, foi feito um recorte dentro da Região Metropolitana de Campinas (RMC), escolhendo-se os três municípios mais populosos: Campinas, Hortolândia e Sumaré. O objetivo desta análise é problematizar esse contexto, marcado por contradições e desafios decorrentes da política de austeridade fiscal na implementação das metas educacionais. Este artigo apresenta um recorte da análise, com base em dados coletados através do Observatório do PNE, INEP, IBGE e outras plataformas de monitoramento, especificamente em relação ao número de matrículas na Educação Básica. O estudo está organizado em cinco partes: introdução, referencial teórico e metodológico, resultados das discussões, considerações finais e referências bibliográficas.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

O Plano Nacional de Educação tem sido objeto de estudos recorrentes, especialmente devido à importância estratégica de sua versão mais recente (2014/2024) para a política educacional da década. Embora suas metas sejam de âmbito nacional, sua concretização ocorre localmente, onde o direito à educação deve ser garantido aos indivíduos. Analisando a história da educação no Brasil, percebe-se que nem sempre o planejamento consegue se alinhar com os desafios educacionais.

A implementação das metas do PNE nos municípios, através dos Planos Municipais de Educação (PME), representa um meio de garantir a efetivação de políticas de Estado. Essas políticas podem viabilizar projetos educacionais que, ao mesmo tempo, refletem a realidade local e se conectam com o panorama nacional. Como destaca Saviani (2008, p. 317), em um plano decenal, o financiamento educacional é "a meta das metas", pois é a condição necessária para tornar todas as outras metas viáveis.

Dourado (2010, p. 678) nos aponta que

a relação entre Estado, educação e políticas educacionais é marcada por processos e dinâmicas complexas, que traduzem a historicidade das relações sociais mais amplas, suas prioridades e formas ideológicas. É importante analisar essas relações e destacar as múltiplas conexões que as demarcam, estrutural e conjunturalmente, num determinado espaço histórico-social. Tais conexões traduzem o movimento do real, por meio do tensionamento entre base material e superestrutura (DOURADO, 2010, p.678).

Com base nessa perspectiva, a análise das metas do PNE na Região Metropolitana de Campinas se torna essencial para compreender como esses processos complexos se manifestam em um contexto específico. Esta região, por sua vez, apresenta características socioeconômicas, culturais e educacionais próprias, que influenciam diretamente na implementação das políticas educacionais e na busca por atender às metas estabelecidas no PNE. A seguir, serão analisados os dados da Região Metropolitana de Campinas, destacando o número de matrículas na Educação Básica em nos três municípios mais populosos que compõem a região.

Os dados presentes no Caderno de Dados do Estado de São Paulo⁴ e na Sinopse Estatística da Educação Básica⁵ referentes à Educação Básica e profissionalizante no Estado de São Paulo, serviram de base para esta análise do número de matrículas na Educação Básica nos três municípios da Região analisados.

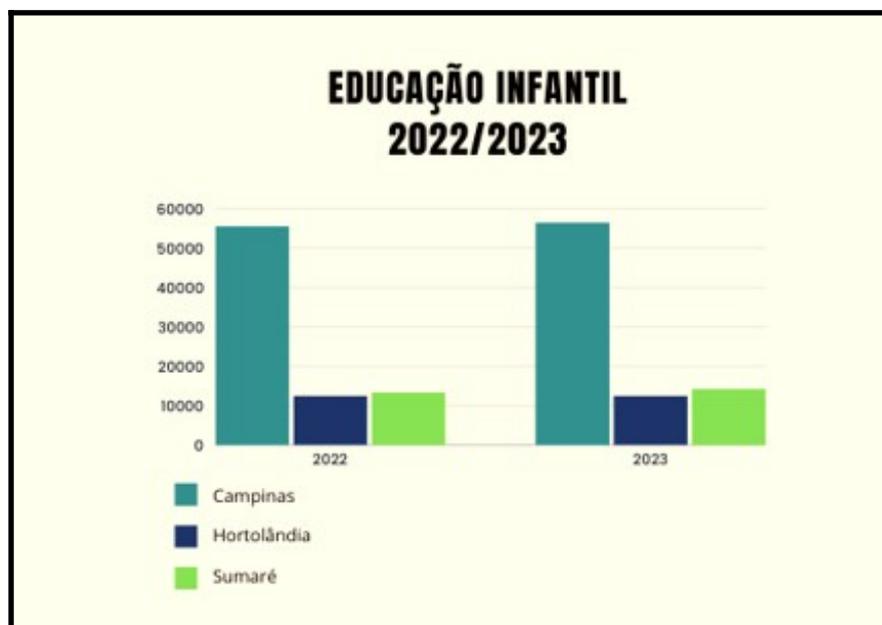
4 O Caderno de Dados do Estado de São Paulo é um documento que compila e analisa informações relevantes sobre a educação no estado, visando fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais. Os dados são atualizados com base nas informações contidas no Censo da Educação Básica de 2023, disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Além disso, inclui dados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), assim como resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e do Censo Demográfico do IBGE de 2022. Disponível em: <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=319>. Acesso em: 10 jun. 2024.

5 As Sinopses Estatísticas do Inep apresentam tabelas com dados de pesquisas estatísticas, avaliações e exames, organizadas por regiões, unidades da federação e municípios. Disponíveis para download em formato ODS e XLSX. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 02 out. 2024.

Referente à Educação Básica a região apresenta uma cobertura robusta, com números expressivos de matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ensino Médio, este último, principalmente na rede estadual. Entretanto, os dados apontam para um número elevado de distorção idade-série, que ainda persiste, indicando que muitos alunos encontram-se em idade incompatível com o ano de escolarização que estão cursando, impactando sobremaneira as taxas de aprovação e abandono escolar.

Conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Matrículas na Educação Infantil RMC - Municípios de Campinas, Hortolândia e Sumaré - 2022/2023.



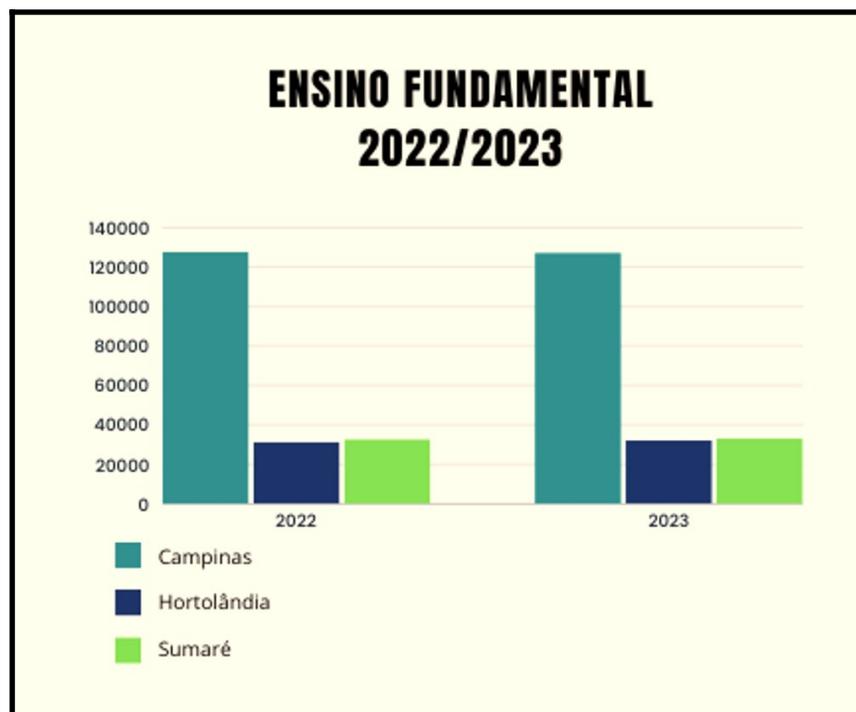
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados contidos nas Sinopses Estatísticas 2022/2023 do Inep.

Os dados referentes ao número de matrículas na Educação Infantil dos três municípios estudados, nos apontam tendências diferenciadas. Campinas apresentou um crescimento de 1,9% no número de matrículas, passando de 55.540 em 2022 para 56.595 em 2023, o que indica um aumento na oferta de vagas. Já em Hortolândia, houve uma ligeira diminuição de 0,14%, com o número de matrículas passando de 12.528 em 2022 para 12.510 em 2023, sugerindo uma estabilidade com leve declínio. Sumaré, por outro lado, registrou o maior crescimento percentual, de 5,6%, subindo de 13.488 matrículas em 2022 para 14.250 em 2023, revelando realidades distintas de cada

município no enfrentamento dos desafios da expansão de matrículas na Educação Infantil.

Já no que se refere ao Ensino Fundamental, os dados também nos indicam dinâmicas variadas entre 2022 e 2023. Campinas apresentou uma leve redução de 0,39%, com as matrículas caindo de 127.854 em 2022 para 127.350 em 2023, o que pode indicar estabilização ou um pequeno declínio na demanda. Hortolândia, por outro lado, registrou um aumento de 2,3%, subindo de 31.396 para 32.121 matrículas, demonstrando um crescimento consistente na oferta de vagas. Em Sumaré, o aumento foi de 0,75%, com as matrículas passando de 32.843 em 2022 para 33.091 em 2023, indicando uma expansão moderada. Esses dados refletem diferentes ritmos de crescimento e desafios na adequação da oferta de vagas no Ensino Fundamental entre os municípios analisados, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

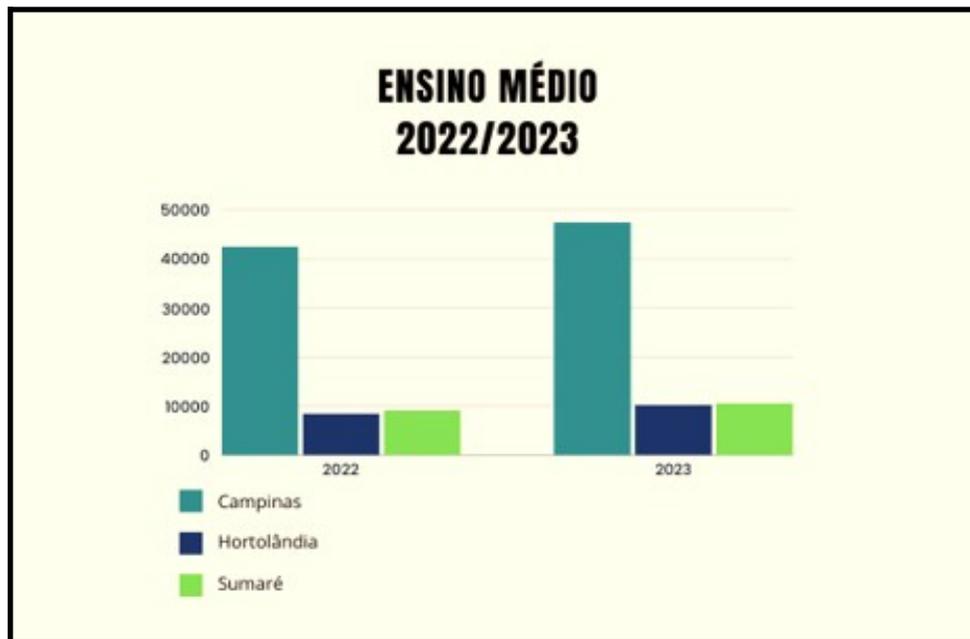
Gráfico 2: Matrículas no Ensino Fundamental RMC - Municípios de Campinas, Hortolândia e Sumaré - 2022/2023.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados contidos nas Sinopses Estatísticas 2022/2023 do Inep.

Os dados de matrículas no Ensino Médio nos municípios de Campinas, Hortolândia e Sumaré analisados revelam um crescimento expressivo em todos eles. Conforme apresentado abaixo:

Gráfico 3: Matrículas no Ensino Médio RMC - Municípios de Campinas, Hortolândia e Sumaré - 2022/2023.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados contidos nas Sinopses Estatísticas 2022/2023 do Inep.

Campinas registrou um aumento de 11,54%, com as matrículas subindo de 42.533 em 2022 para 47.449 em 2023, o que reflete uma significativa ampliação na procura ou oferta de vagas nesse nível de ensino. Hortolândia teve um crescimento ainda maior, de 20,60%, passando de 8.524 para 10.280 matrículas, indicando um avanço considerável na demanda por educação de nível médio. Já Sumaré apresentou um aumento de 16,84%, com as matrículas crescendo de 9.135 em 2022 para 10.671 em 2023. Esses dados apontam para uma tendência de crescimento contínuo na busca pelo Ensino Médio nos três municípios, o que pode estar relacionado a políticas de incentivo à permanência dos jovens na escola ou a um aumento natural da população nessa faixa etária.

A análise das metas do PNE na Região Metropolitana de Campinas (RMC) é fundamental para compreender como os processos complexos da política educacional se manifestam em um contexto específico. A região apresenta características

socioeconômicas, culturais e educacionais próprias, influenciando diretamente a implementação das políticas e a busca por atender às metas do PNE.

Os dados analisados sublinham a importância de políticas públicas que reforcem o investimento em educação, especialmente na no aumento da oferta de vagas na Educação Básica, considerando o crescimento populacional nas três cidades. Campinas, com cerca de 1,2 milhão de habitantes, é a mais populosa da região, seguida por Sumaré, com 290 mil habitantes, e Hortolândia, com 240 mil. O monitoramento contínuo das metas do PNE é fundamental para ajustar as estratégias de implementação, considerando as especificidades locais e os desafios impostos pela política de austeridade fiscal.

Cabe destacar que para que o PNE se torne efetivo, é imprescindível não só o monitoramento, mas também a avaliação contínua, de modo a articular as ações dos governos municipais, estaduais e federal. Aguiar (2010) enfatiza que a avaliação de um plano educacional não é neutra, sendo influenciada por valores e lutas em torno de projetos político-sociais. O monitoramento das metas do PNE possibilita uma avaliação processual que pode informar ajustes necessários para sua implementação.

Nesse sentido, a análise do PNE na RMC não apenas proporciona um panorama das diretrizes e desafios a serem enfrentados, mas também examina questões relacionadas à formação de professores para a Educação Básica. Ristoff (2012) destaca que as interações entre a pós-graduação e a educação básica têm sido marcadas por (des)encontros históricos, contribuindo para a manutenção de desigualdades educacionais. A opção prioritária pela educação das elites e a falta de iniciativas voltadas à educação popular têm sido características dessa trajetória.

Este trabalho, realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, a qual conforme Lüdke e André (1986) ressaltam, requer uma interação direta entre o pesquisador e os sujeitos, assim como com o contexto em que o estudo está inserido. Portanto, é fundamental levar em conta as circunstâncias relacionadas aos objetos de investigação, uma vez que os dados coletados são, em sua maioria, descritivos e geram um material rico em detalhes sobre pessoas, situações e eventos.

A pesquisa sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) na Região Metropolitana de Campinas (RMC) se deu através de pesquisa bibliográfica e análise documental. Para

a realização da análise, foram coletados dados de diversas fontes, incluindo a legislação disponível no site do Ministério da Educação, documentos disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) além dos materiais disponíveis no Cadernos de Dados do Estado de São Paulo, bem como informações do Observatório do PNE, IBGE, Pnad Contínua e INEP. Essas fontes foram fundamentais para entender o panorama educacional da RMC e avaliar a implementação das metas do PNE em nível local. A coleta de dados de diferentes instituições e documentos permitiu uma análise rica e detalhada, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais presentes na região e das relações entre políticas públicas e a realidade da educação.

RESULTADOS DAS DISCUSSÕES:

As discussões resultantes da pesquisa sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) na Região Metropolitana de Campinas (RMC) evidenciaram a importância do monitoramento e da avaliação para o cumprimento das metas estabelecidas, principalmente na Educação Básica. Embora as cidades da região analisadas, tenham mostrado avanços expressivos na cobertura educacional, na Região o desafio do analfabetismo permanece significativo. Em Campinas, com uma população de mais de 1,2 milhão de habitantes, os 14 mil analfabetos absolutos representam 1,67% da população acima de 16 anos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Embora tenha havido uma leve redução em comparação a 2022, quando eram mais de 15 mil analfabetos (1,72%), o objetivo de zerar o analfabetismo até 2024 dificilmente será alcançado. Em Hortolândia, com aproximadamente 240 mil habitantes, o número de 7.365 pessoas em situação de analfabetismo representa uma parcela considerável da população, enquanto em Sumaré, com 290 mil habitantes, os 10.692 analfabetos indicam que boa parte da população enfrenta esse desafio. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas direcionadas para a erradicação do analfabetismo, a fim de garantir que as metas do PNE sejam cumpridas integralmente, sobretudo oferta de vagas, condições de acesso e permanência na escola.

Nesse sentido, em relação às perspectivas futuras, a pesquisa sugere que o novo PNE (2025-2035) deverá considerar uma avaliação mais rigorosa das políticas implementadas nos últimos 10 anos, com foco em superar os obstáculos identificados na RMC. O monitoramento contínuo e a coordenação entre os governos municipais,

estaduais e federal são fundamentais para garantir a execução das metas educacionais. O estudo também sublinha a necessidade de priorizar a formação docente, como estratégia essencial para promover o desenvolvimento socioeconômico da região. Embora haja desafios consideráveis, a implementação de políticas públicas voltadas para o investimento em educação pode reduzir as disparidades e garantir uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ressaltamos a importância do acompanhamento contínuo e da avaliação rigorosa das políticas educacionais no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Os dados coletados e analisados evidenciam não apenas os avanços na cobertura da Educação Básica, mas também as lacunas persistentes que impactam a qualidade da educação na região. A Emenda Constitucional 95, que limitou os investimentos públicos, destaca-se como um desafio crítico a ser enfrentado, evidenciando a necessidade de um diálogo mais efetivo entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil para a promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva.

Além disso, é fundamental que a construção do novo PNE (2025-2035) incorpore as lições aprendidas com a implementação das políticas anteriores, priorizando a formação de professores e a infraestrutura educacional. A integração das diretrizes do PNE com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4, pode servir como um guia para garantir uma educação de qualidade para todos. Portanto, a efetivação das metas educacionais não depende apenas de legislações, mas também de um comprometimento coletivo para a construção de uma educação que promova o desenvolvimento social e econômico da RMC e do Brasil como um todo.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à Secretaria Municipal de Educação de Campinas pelo fomento e incentivo à pesquisa, reconhecendo a importância do apoio institucional para a realização de estudos que visam contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais. Também estendemos nossa gratidão à Universidade Federal de São

Carlos pelo suporte acadêmico e pela oferta de um ambiente propício à pesquisa e ao desenvolvimento científico, essenciais para a concretização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZANHA, J. M.P. *Educação: temas polêmicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014.
- CURY, C. R. J. *Lei de Diretrizes e Bases e perspectivas da educação nacional*. Rev. Bras. Educ. [online]. 1998, n.08, pp.72-85. ISSN 1413-2478.
- DOURADO, L. F. (org.). *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?* São Paulo: Xamã, 2010. p. 49-58.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2014*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> . Acesso em: 25/06/2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2023*. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> . Acesso em: 25/06/2024.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- SAVIANI, D. *Sistema Nacional de Educação e Regime de Colaboração*. In: BRZEZINSKI, Íria (Org.). LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez, 2018. p. 27-46.